

Somente quinze mulheres

(para um total de
26,9 homens)

ROBERTO FECURY
Da Editoria de Política

Elas representam 52 por cento do eleitorado do Distrito Federal, estimado em 730 mil votantes. As que se candidataram contudo, não passam de 0,02 por cento desse universo de cidadãos aptos a votar e serem votados dia 15 de novembro. Dos 269 candidatos brasilienses ao Congresso Constituinte — Senado e Câmara somados — elas, mulheres, são apenas 15. Representam, portanto, 5,57 por cento dos postulantes às 11 vagas — três ao Senado, oito à Câmara.

Eis um dado sobre essas magníficas criaturas que ora estremam na política, capaz de sobrecarregar os neurônios de qualquer um: elas não pensam em se eleger valendo-se da força majoritária dos aproximadamente 380 mil votos femininos da cidade. Tanto isso é verdade que suas plataformas são muito mais genéricas que específicas no que diz respeito à posição da mulher no quebra-cabeça institucional brasileiro.

Para nocatear: das 15 candidatas, duas já estariam eleitas se a eleição fosse realizada já, segundo as duas pesquisas realizada pela LP&M e pelo Ibope. Duas outras, segundo as mesmas pesquisas, têm boas chances de conquistar seus mandatos. Supondo-se que as quatro consigam eleger-se, as mulheres de Brasília terão conquistado 44 por cento das cadeiras oferecidas à primeira representação congressual da cidade. Confirmada essa hipótese, dia 16 de novembro, as mulheres terão vencido, proporcionalmente, a primeira batalha eleitoral de Brasília. Terão sido 15 “contra o resto”, como dizia Mário Eugênio.

A guerra dos sexos nesta eleição não é produto da imaginação fantasiosa de ninguém. Existe e deve ser explicitada. E uma guerra surda, sem dúvida, porque as próprias candidatas preferem evitar uma polêmica que começa dentro de seus próprios partidos, onde quase todas elas, para conseguir legenda, enfrentaram o preconceito masculino segundo o qual candidatura feminina “é exceção”.

Uma das candidatas a denunciar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres nas convenções partidárias foi Eurides Brito, do PFL. “Quando eu cheguei fui recebida com sorrisos de orelha a orelha. Eles devem ter pensado: ‘A professora vai trazer um bando de mulheres para cá e as mulheres são ótimas cabos eleitorais. Quando eu disse que queria disputar uma vaga na convenção os sorrisos amarearam. Além de perder o cabo eleitoral, eles iam ter que engolir uma mulher como candidato’.

Segundo ela, ex-secretária de Educação e Cultura do Distrito Federal, “a coisa não ficou por ai. Eles não queriam que eu participasse das reuniões. Deviam achar que minha

presença era secundária. Foi aí que eu me impus para que eles vissem que, como mulher, também participo da vida nacional. Na hora de formar grupos de trabalho, elas também queriam separar homens e mulheres”.

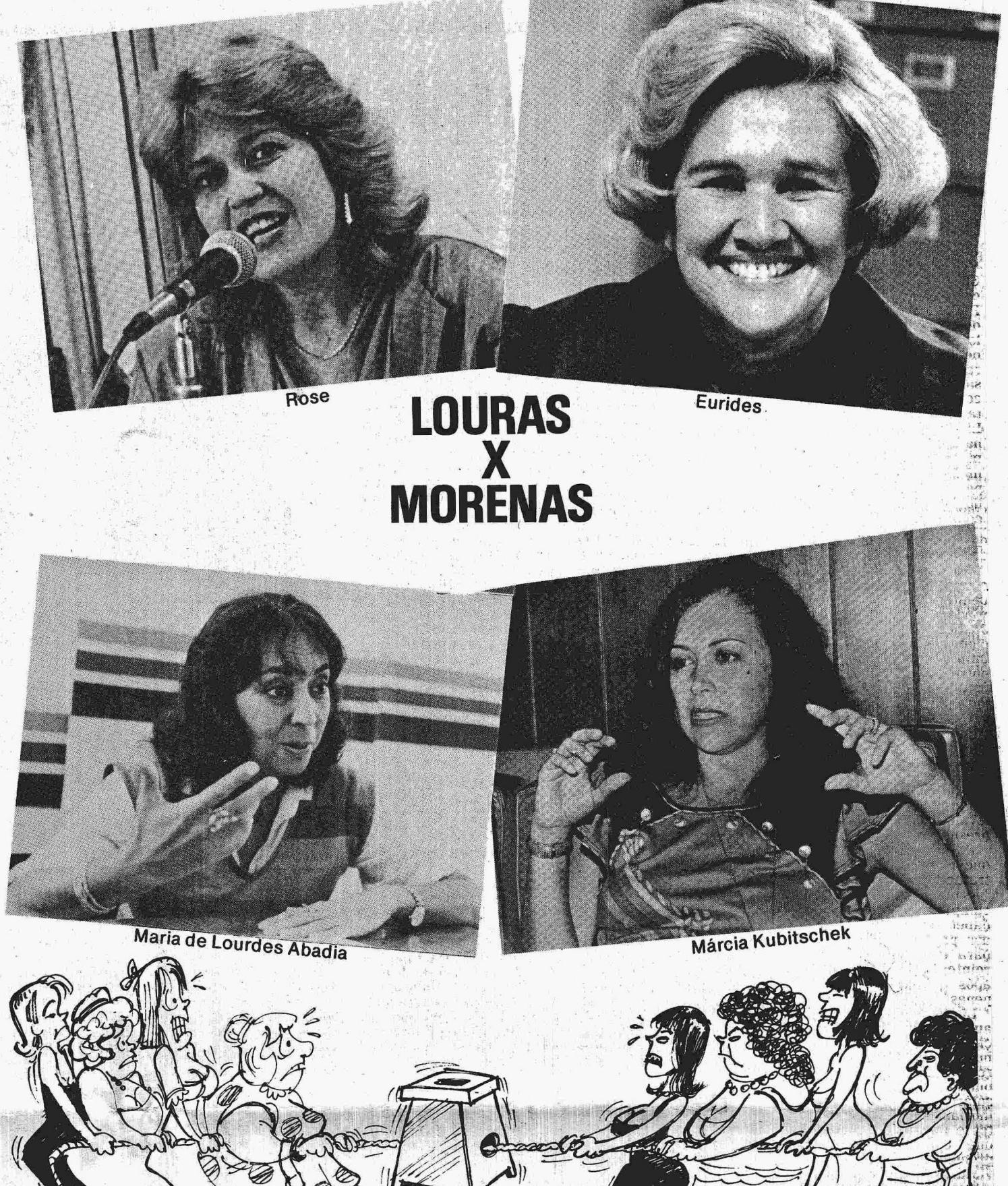
Depois de muita luta, “muita discussão”, Eurides Brito conta que “as diferenças foram superadas”. As três mulheres que pleiteavam legenda pela Frente Liberal (além dela, Maria de Lourdes e Elza Lugon) tiveram seus nomes tolerados e homologados pela convenção partidária. Ela sublinha que “tivemos que lutar muito para quebrar as resistências”.

A outra queixa da professora Eurides, surpreendentemente, não é dos homens. E das mulheres. Mais precisamente das mulheres dos homens. Segundo ela, “na organização dos movimentos femininos, há uma tendência muito predominante das mulheres se envolverem com vistas a apoiar as candidaturas de seus maridos, em vez das candidaturas de outras mulheres. É isso o que acontece sempre que se tenta organizar movimentos em determinadas áreas. Muitas mulheres que se aproximam não estão preocupadas em dar apoio a bandeiras, mas a pessoas”.

■ São poucas, mas incomodam e ameaçam os outros candidatos. Afinal, quem não conhece Márcia, Eurides, Abadia ou Rose? Todas elas têm chance de ganhar, o que prova que as mulheres de Brasília são mesmo boas de voto. E têm boas idéias

Rose Mary Góes, candidata à Câmara pelo Partido Socialista Brasileiro, também reclama de ter passado por situação semelhante. “No começo, eu era cortejadíssima por causa de minha popularidade. Afinal, todo mundo me conhece pelo trabalho que desenvolvo, há anos, no Brasília Urgente. Deviam estar pensando que eu queria apenas militar no partido. Foi um susto quando eu disse que queria ser candidata à Câmara. Para que minha candidatura se consolidasse, a nível partidário, foi muito importante o apoio do Alvaro (Alvaro Costa, candidato a senador pelo PSB)”.

Rose vai mais longe e levanta o véu do PMDB: “As mulheres do PMDB que foram às ruas pelas diretas e fizeram campanha para o doutor Tancredo pleitearam espaços para se candidatar. Algumas chegaram a se apresentar, mas tiveram seus nomes votados pelos homens. Elas se revoltaram

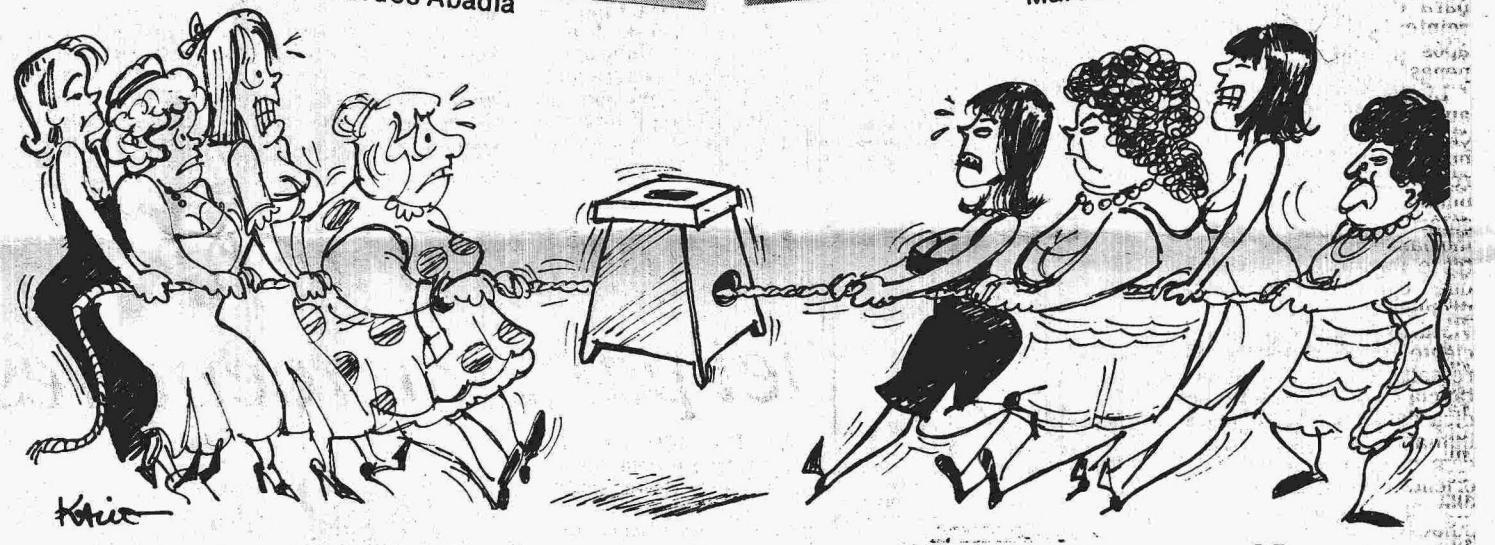


LOURAS X MORENAS



Maria de Lourdes Abadia

Márcia Kubitschek



Kotia

contra os vetos, algumas deixaram o partido, e foi aí que surgiu o único nome feminino que o partido lançou, que foi o de Márcia Kubitschek”. E concluiu: “É preciso fazer uma confusão muito grande para que respeitem a pretensão de uma mulher de entrar para a política. Isso acontece em todos os partidos”.

Márcia Kubitschek, porém, nega qualquer tipo de discriminação contra a mulher no PMDB e também não crê na existência de um voto sistemático à entrada de pessoas do sexo feminino na política. “O partido é essencialmente democrático e não há registro de nenhuma prática antifeminina em nenhuma convenção”.

“O problema”, teoriza, “é que no sistema em que nós fomos criados e que vem das nossas avós, as mulheres foram educadas para serem donas-de-casa, não para assumir cargos e posições políticas. Mas é fundamental que se regis e que as mulheres são, potencialmente, tão líderes como os homens. Ainda que no Brasil a participação feminina ainda esteja se iniciando, temos exemplos riquíssimos de políticos bem-sucedidos no exterior, verdadeiras estadistas como Margaret Thatcher, Corazón Aquino, Golda Meir, Violeta Chamorro, Indira Ghandi, Evita Perón e muitas outras”.

Sem fazer revelações sobre sua experiência pessoal, a candidata a deputada Maria de Lourdes Abadia, do PFL, afirmou que “a mulher representa 54 por cento dos votos brasileiros, quando no Congresso há menos de dez por cento de mulheres. Esse dado, por si só, evidencia a tremenda discriminação que existe contra a mulher na política brasileira”.

Pelo menos a nível formal, existe um partido de portas abertas às mulheres pretendentes à política: é o PT, cuja presidência é ocupada por Arlete Sampaio, candidata ao Senado. Mas essa opção preferencial pelo sexo feminino não pode ser traduzida em números, uma vez que, dos 15 nomes que compõem a chapa petista, só três são de mulheres — a própria Arlete, Dona Maria do Arreal (candidata a Senadora) e Maria Laura (Câmara). O fato de ter apresentado apenas um quinto de mulheres, segundo Arlete Sampaio, não compromete o PT. Ela garante que a reduzida participação feminina deveu-se exclusivamente à falta de postulantes.

Segundo Maria Laura “igualdade começa em casa, e é por isso que, dentro do partido, não existe tratamento diferenciado entre homens e mulheres. Toda a paridade que queremos para funcionar na sociedade brasileira, como um todo, é praticada por nós, a nível partidário, sem que haja nenhuma exceção”. Arlete Sampaio complementa: “Se o PT discriminasse mulheres será que eu estaria na presidência do diretório regional?”